

## ***Debates em sociedades – Sociedade em Debate***

Estamos novamente em um final de ano. Tempo de apresentarmos aos nossos leitores a edição 29, n. 3. Igualmente, tempo de retomar as realizações de 2023 e planejar o próximo ano. Em 2023, a grande conquista foi a nova classificação no Qualis CAPES - A2, a qual expressa a participação coletiva do Comitê Editorial, do Conselho Editorial, de autores e de pareceristas na busca da qualificação do nosso periódico em vários aspectos. A primeira contribuição, como não poderia deixar de ser, é a colaboração inestimável dos autores, sem os quais não existiria a Sociedade em Debate. São os profissionais, pesquisadores e estudantes que nos honram para divulgar os resultados de suas pesquisas, de suas experiências e de seus estudos. Com relação à autoria, importa destacar os diversos ângulos da diversidade geográfica – em termos de Brasil e de países latino-americanos – das áreas de conhecimento relacionadas às políticas sociais e aos direitos humanos, de filiações institucionais e formação profissional. Outra dimensão relevante que contribuiu para a nova classificação é a oferecida pelo excelente corpo de pareceristas. A difícil e delicada atividade avaliativa se traduz na qualidade das publicações, sendo o resultado do empenho e da competência dos pareceristas na análise dos artigos submetidos a este periódico. Uma tarefa árdua, voluntária, sistemática e altamente relevante para garantir a atualidade dos temas previstos no projeto editorial e o rigor teórico dos artigos através de pareceres consistentes e conclusivos. O Conselho Editorial, ao atender prontamente as demandas do Comitê Editorial, garante a persistência do foco e do escopo da Sociedade em Debate. A articulação entre os dois comitês é fundamental para agilizar os processos editoriais e manter a periodicidade quadrimestral. Destaca-se, igualmente, na esfera das relações institucionais, uma articulação fluida com o Instituto Brasileiro de Comunicação e Tecnologia (IBICT), a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), a CrossRef, as áreas financeiras e de informática da Universidade Católica e a agilidade na correspondência com autores para resolução de dúvidas frequentes quanto a artigos incompletos, não acesso às páginas, periodicidade e



outras dúvidas que exigem retorno imediato. O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica e nós, editoras da Sociedade em Debate, manifestamos nossos agradecimentos pela colaboração de toda essa equipe e acolhida às nossas solicitações.

Após essa brevíssima retrospectiva, passamos a detalhar as novidades para 2024. A primeira é decorrente de uma demanda externa, a saber, de requisitos adotados em grandes bases de dados para indexação de periódicos científicos, nomeado como Publicação em Fluxo Contínuo. Se até então tínhamos a chamada em fluxo contínuo, a partir do volume 30, teremos também a publicação nos mesmos moldes. Essa decisão segue a tendência das boas práticas editoriais em publicações científicas e certamente favorecerá a indexação em outras bases de dados importantes, um dos projetos para o próximo ano.

O objetivo principal da nova modalidade de publicação é agilizar a partilha do conhecimento produzido, disponibilizando-o para o público em curto espaço de tempo. Ou seja, com a implementação do fluxo contínuo de publicação, não será mais necessário aguardar a finalização completa de cada edição para ser publicada, o que torna longo o processo de divulgação de estudos e pesquisas, com vantagens para os autores e pesquisadores. Assim que cada artigo tiver a aprovação pelos pares, será editado e publicado imediatamente. Essa medida evita situações complicadas para os autores, como a submissão de um artigo em janeiro e aprovação em fevereiro, por exemplo, mas cuja publicação só se efetiva no final de abril em casos de periódicos quadrimestrais. Além dos autores, os editores científicos e técnicos serão beneficiados com a nova sistemática de publicação, uma vez que o trabalho de revisão será distribuído ao longo de um período, e não concentrado a cada edição. É bom lembrar que a forma de organização das publicações *in progress* pode assumir distintos formatos de periodização, ou seja, é possível publicar desde uma única edição anual até edições mensais, bimestrais, quadrimestrais ou outra temporalidade definida pelo projeto editorial do periódico.

Na Sociedade em Debate, o número de edições ainda está em estudo, e a tendência é alterar as edições quadrimestrais para uma única edição anual. A razão dessa opção relaciona-se com a maior facilidade para os editores e o corpo técnico e a menor possibilidade de erros ao se atribuírem códigos aos artigos.

Postas as informações acima, vamos à nossa última edição de 2023, v. 29, n. 3. Em primeiro lugar, uma breve explicação pelo título, que expressa a sintonia com a realidade, ou seja, os autores submetem artigos com temas que se destacaram como centrais nos debates

na sociedade no ano que se finda. Ou seja, mesmo sem chamadas temáticas, observa-se que a cada edição existem dois ou três temas dominantes que correspondem às questões sociais atualmente emergentes ou relevantes que vêm sendo objeto de reflexões nos diversos meios de comunicação, científicos ou na grande mídia.

Esta edição não é diferente, com os seguintes destaques, sobre os quais tecemos algumas observações. A lista dos tópicos mais abordados pelos autores tem como temática o trabalho em suas distintas perspectivas, abrindo um leque que vai desde o impacto do neoliberalismo sobre o trabalho até a realidade vivenciada por trabalhadores rifeiros de Lagoa da Prata. São abordagens conexas, enriquecidas por análises que contribuem para adensar o conhecimento e as explicações para a fragilidade sindical, a relação entre sujeitos políticos do setor público com o Estado, a invisibilidade do trabalho e a mistificação do trabalho e das plataformas digitais. Um aspecto interessante, e praticamente o liame entre os diversos textos sobre o trabalho, ressalta tanto os estudos explicativos sobre a relação trabalho e neoliberalismo como as lacunas a serem percorridas. Oferece pistas para apreender como se transitou da terceirização do trabalho para a lógica do empreendedorismo, na esteira do discurso neoliberal, com a reificação do mercado e seu suposto potencial de mobilidade social. A mesma lógica subjacente aos artigos que debatem sobre a invisibilidade do trabalho e enaltecem a mercantilização das relações societárias, com bases em estratégias aparentemente inovadoras, sendo uma delas a *crowdsourcing*, fenômeno crescente no mundo do trabalho contemporâneo. Como alerta o autor do texto, situa-se como uma modalidade de relação empresa-trabalhador, na qual se subtraem as relações de exploração presentes e **“estabelece um novo patamar mistificador nos processos de terceirização”, decorrentes da terceirização e da informalidade. Aprender os meandros desta cilada bem arquitetada** *“para compreensão de suas possibilidades e múltiplas formas de concretização, que ultrapassa limites rígidos entre o que seria trabalho, lazer ou interação social”*. *Com essa apreensão, torna-se evidente como atividades laborais clássicas e sedimentadas, como os rifeiros do Rio da Prata, paulatinamente vão sendo desqualificadas até seu completo desaparecimento enquanto força de trabalho útil. E ainda, ocasiona uma descrença, principalmente entre os mais jovens, quanto à impossibilidade, até então conferida ao trabalho, de ser uma força política com dinamismo próprio, contribuindo para alterações societárias. Em um mesmo movimento, impõe uma crise do sujeito trabalhador como integrante de uma classe, nega qualquer possibilidade de “trabalho decente para as juventudes: a promessa civilizatória no capitalismo dependente” e reduz drasticamente a participação de categorias ocupadas por trabalhadores no setor de serviços no movimento sindical, como alerta o autor sobre o tema do*

sindicalismo docente. A desconstrução dos sujeitos é potencializada pelas consequências do afastamento público de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, não unicamente para melhorar a posição do país no *ranking* internacional como especialmente para produzir resultados com repercussões importantes para a qualidade de vida da população, além de consequências econômicas e políticas positivas, ao suprir a carência de insumos e compras internacionais, por exemplo, na área de saúde e biotecnologia.

As questões relacionadas a mulheres e a grupos especiais sobressaem como outro fenômeno discutido nos textos. Expressam, no limite, a bidirecionalidade das políticas sociais, que influenciam e são influenciadas pelas estruturas vigentes (Adelantado, 2000). Essa bidirecionalidade acentua a importância contextual para a análise das políticas sociais, como se identifica no artigo comparativo sobre as políticas de inclusão no Brasil e Portugal. Partindo de um resgate histórico, o texto destaca a ação positiva para a inclusão a partir de uma sólida e abrangente legislação implementada no Brasil visando assegurar os direitos da pessoa com deficiência, e indica que no Brasil houve, de forma inversa ao que ocorre em Portugal, uma regulação abrangente, com alterações substantivas no campo da atenção à pessoa com deficiência. Os demais artigos apresentam uma convergência entre a constatação da violência doméstica, o protagonismo e resistência das mulheres camponesas e a autonomia econômica. Ampliando a perspectiva analítica, descortina-se como a violência doméstica em Minas Gerais foi ampliada com a covid-19 e questiona-se em que medida movimentos de resistência são ou foram impulsionados pelo fato da existência, ainda que formal em muitos contextos, da legislação protetiva instalada no país a partir da luta das mulheres. É importante salientar a contribuição para ampliar o debate do resumo da tese sobre a relação entre políticas sociais, gênero e a autonomia feminina, ainda na dimensão da bidirecionalidade das políticas sociais.

De forma similar às edições anteriores, a migração internacional tem seu lugar de destaque. A tônica dos três artigos sobre processos migratórias situa-se na centralidade dos direitos, posicionando-se na contramão das narrativas e argumentos veiculados pela extrema direita conservadora do nosso país. Há uma convergência entre os autores, sendo o cerne do debate o problema das racionalidades que “silenciam as estruturas de discriminação presentes na lexicografia classificatória e no caráter paradoxal da linguagem ideopolítica presente nas legislações migratórias organizadas pelos Estados nacionais, com díspares repercussões no campo dos direitos”. E, efetivamente, a preocupação é com a exclusão de bens e serviços e até mesmo no espaço familiar. Não se argumenta em favor unicamente do acesso, mas como

significados políticos, religiosos, históricos e culturais atribuídos à população migrante com repercussão na garantia e atribuição de direitos a grupos e etnias em processos migratórios.

Estabelecendo uma relação com as reflexões anteriores, uma última consideração a ser feita é referente ao impacto causado às políticas sociais pela racionalidade que vem se construindo sob a égide do pensamento conservador e reacionário. Essa questão é analisada em dois artigos, o primeiro apresenta uma abordagem institucional em tempos de crise do capital e o segundo discute a ação interventiva do profissional de Serviço Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Esperamos que a leitura estimule novas reflexões.

Boas festas e feliz 2024!

**Vera Maria Ribeiro Nogueira**

Dezembro de 2023.

**Vera Maria Ribeiro Nogueira**

[veramrn@gmail.com](mailto:veramrn@gmail.com)

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.